**EXMO SR. JUIZ DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE PONTA
PORÃ/MS**

**Processo n.º 08008855520168120019
RJ DE KENEDY VILHALBA VIEIRA EIRELI AGROPACURI**

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, empresa pública federal, inscrita no CNPJ sob n. 00.360.305/0001-04, com sede no Setor Bancário Sul, quadra 4, lotes 3/4, em Brasília, Distrito Federal e Jurídico Regional na Av. Mato Grosso n. 5500, Bairro Carandá Bosque, Campo Grande/MS, onde recebe intimações e citações, conforme procurações e substabelecimentos em anexo, vem, perante Vossa Excelência, nos autos do processo de Recuperação Judicial acima epigrafado, vem apresentar sua **OBJEÇÃO AO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL**, com fundamento no Art. 55 da Lei 11.101/05, nos termos seguintes:

I. - TEMPESTIVIDADE

“Art. 55. Qualquer credor poderá manifestar ao juiz sua objeção ao plano de recuperação judicial no prazo de 30 (trinta) dias contado da publicação da relação de credores de que trata o § 2º do art. 7º desta Lei” (L. 11.101/05).

O edital de que trata o Parágrafo Segundo do Art. 7º, LRF, foi publicado no Diário Oficial em 22/09/2016, iniciando-se o prazo de 30 dias para objeção em 15/08/2016, findando-se em 08/11/2016. Por essa razão, tempestiva é a presente objeção.

II - CABIMENTO E OBJETIVO DA OBJEÇÃO

A **OBJEÇÃO AO PLANO DE RECUPERAÇÃO** não inaugura contraditório nem desafia instrução e julgamento. Seu objetivo é apenas obrigar a instalação de colegiado assemblear, a fim de que a matéria possa ser debatida e julgada pelos credores (Art. 56. Havendo objeção de qualquer credor ao plano de recuperação judicial, o juiz convocará a assembleia-geral de credores para deliberar sobre o plano de recuperação).

Por essa razão, a **OBJETANTE** apresentará de forma sucinta as razões de sua objeção.

Outrossim, o Judiciário não é mero espectador do procedimento de Recuperação e deve sobre ele exercer controle de legalidade e constitucionalidade:

A Turma firmou entendimento que a assembleia geral de credores (AGC) é soberana em suas decisões quanto ao conteúdo do plano de recuperação judicial. Contudo, as suas deliberações como qualquer outro ato de manifestação de vontade – estão submetidas ao controle judicial quanto aos requisitos legais de validade dos atos jurídicos em geral. Nesses termos, negou-se provimento ao recurso no qual se sustentava a impossibilidade da alteração substancial do plano de recuperação judicial durante a votação da AGC, supostamente realizado com o fim de favorecer determinados credores em prejuízo de integrantes da mesma classe. Rel. Min. Nancy Andrighi, julgado em 22/5/2012. (INFORMATIVO Nº: 0498 - Terceira Turma do STJ).

III - OS CRÉDITOS DA CAIXA

A CAIXA constou no Primeiro Edital de Credores, publicado em 30/05/2016, como credora quirografária de R\$ 292.231,81.

Em 08/06/2016, foi protocolada Divergência junto ao Administrador Judicial a partir de demonstrativos de débito fornecidos pela Agência Ponta Pora/MS. Na presente Divergência foi pleiteada a reavaliação do crédito da CAIXA para R\$ 235.489,48 (classe quirografária), conforme segue:

- Contrato 07.886.556.0000052-99
Valor da Dívida posicionada para 02/06/2016: R\$ 8.988,57
Garantia de Aval
- Contrato 734-0886.003.00000361-4
Valor da Dívida posicionada para 02/06/2016: R\$ 80.504,50
Garantia de Aval
- Contrato 07.0886.691.0000085-60
Valor da Dívida posicionada para 02/06/2016: R\$ 136.854,98
Garantia de Aval

- Contrato 07.0886.606.0000113-02
 Valor da Dívida posicionada para 02/06/2016: R\$ 9.141,43
 Garantia de Aval

Em 22/09/2016 foi publicado o Segundo Edital de Credores e no mesmo houve o deferimento do pleito da CAIXA, ou seja, seu crédito foi revalorado para R\$ 235.489,48 (classe quirografária).

IV - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO PREVISTAS NO PLANO

Classe III – Credores Quirografários (Anexo IV)

Deságio: 70%

Carência: 12 meses, a partir do mês seguinte ao mês da publicação da decisão judicial que homologa o Plano de Recuperação Judicial;

Prazo de Pagamento: 180 parcelas mensais (após o transcurso do prazo de carência);

Indexador/Taxa de Juros: não há.

Denota-se que a pretensão da Recuperanda, em verdade, é de receber um desconto substancial para liquidação de todas suas dívidas, o que nos leva a concluir que sua inadimplência agora se reverterá em bônus, vez que pretende deságio de 70% para a Classe III, além de condições excepcionais de pagamento, como carência de 12 meses sem qualquer tipo de amortização no período; prazo de pagamento de 180 meses, provocando sérios prejuízos aos credores quando se verifica que ao longo de todo este tempo, não haverá correção monetária e/ou incidência de juros sobre as dívidas; tais condições corroboram a utilização do expediente da Recuperação Judicial para auferir vantagens em detrimento de terceiros.

À pág. 24, diz a "KENEDY" que os pedidos de desconto efetuados se referem a desacordos comerciais, altos juros pagos no passado (compensação com valores atualmente devidos), extinção de ações judiciais em trâmite, capacidade de cada credor, tempo da relação comercial entre as partes, computando-se pagamento de custas e honorários.

Ora, custas e honorários advocatícios somente podem advir de acordo entabulado entre as partes ou condenação judicial. Dessa forma, como imputar aos credores quirografários um deságio "altíssimo" usando (entre outras) tal premissa???

Salientamos que o Plano de Recuperação Judicial não faz qualquer menção à incidência de encargos punitivos sobre o valor das dívidas em caso de inadimplência da Recuperanda (juros moratórios, multa etc). Resta mais uma vez óbvio o favorecimento da "KENEDY" em relação a seus credores!!!

Às pág. 17, 18, 19 e 24, diz a Recuperanda:

Pág. 17

"Premissa 04: Uma vez aprovado o presente plano, ocorrerá a supressão de todas as garantias fidejussórias e reais existentes atualmente em nome dos credores a fim de que possa a recuperanda se reestruturar e exercer suas atividades com o nome limpo, tanto da sociedade quanto de seus sócios, tendo em vista a NOVAÇÃO pela aprovação do plano".

Pág. 18

"Premissa 05: Após a aprovação do plano, deverão ser extintas todas as ações de cobrança, monitorias, execuções judiciais, ou qualquer outra medida tomada contra a recuperanda e/ou seus sócios e avalistas, referentes aos créditos novados pelo plano".

Pág. 18

"Premissa 06: A aprovação do plano implica extinção de avais, fianças assumidas pelos sócios ou diretores da recuperanda".

Pág. 19

"Premissa 11: Todos os créditos extintos por força da novação operada pela aprovação do plano de recuperação judicial não poderão ser objeto de inscrição em quaisquer órgãos de restrição ao crédito, tais como SERASA, SPC, CADIN, CCF, SCPC, CARTÓRIOS DE PROTESTOS, sendo que aqueles que já se encontrarem inscritos nessas entidades restritivas de crédito deverão ser baixados. Essa medida abrange os créditos inscritos na relação de credores apresentada pelo Administrador Judicial, bem como aqueles que, apesar de se sujeitarem ao processo de recuperação judicial, não foram ainda habilitados, cabendo ao juízo expedir ofício aos órgãos competentes".

Pág. 24

"O plano, uma vez aprovado e homologado, obriga a recuperanda e todos os seus credores, bem como os respectivos sucessores a qualquer título, ficando novado todo o passivo dos credores sujeitos ao plano".

A CAIXA discorda totalmente da Recuperanda, já que reserva-se no direito de executar/cobrar judicialmente a dívida de sócios/avalistas e não liberar as garantias prestadas visando maximizar a recuperação do crédito, questão que já está reconhecida pelos Tribunais.

Tal determinação do plano é ilegal e não pode ser homologada.

judicial: À pág. 18, a Recuperanda apresenta a seguinte meio de recuperação

"Premissão 10: A Recuperanda poderá alienar ativos de seu quadro na modalidade de venda de Unidade Produtiva Isolada (...)"

Cabe ressaltar que, qualquer tipo de alienação de ativos permanentes da Empresa deve, sob pena de ineficácia perante os credores, contar com:

- Aprovação prévia do Administrador Judicial, se representar até 10% do saldo de débito restante no plano;
- Aprovação prévia do Juízo, se representar até 30% do saldo de débito restante no plano;
- Aprovação prévia da Assembléia de Credores em sessão plenária, para percentuais superiores a 30% do saldo de débito.

À mesma pág. 18, diz ainda a Recuperanda:

"Premissa 08: O Plano poderá ser alterado, independentemente de seu cumprimento, a qualquer tempo, por Assembléia que pode ser convocada para essa finalidade (art. 35 da Lei 11.101/05), observando os critérios previstos nos arts. 48 e 58 da LRF. O não cumprimento do plano não culminará em falência imediata da empresa, devendo, no caso, ser convocada assembléia de credores para deliberação sobre alterações ao plano ou sobre eventual falência".

A CAIXA discorda mais uma vez da pretensão da Recuperanda, haja vista que, conforme parágrafo IV do artigo 73 da Lei 11.101/2005, o Juiz poderá decretar a falência durante o processo de recuperação judicial por descumprimento de qualquer obrigação assumida no plano de recuperação, ou seja, independentemente da convocação de nova Assembléia-Geral de Credores.

À pág. 19, informa a Recuperanda:

"Premissa 12: Caso ocorra qualquer condenação cível ou administrativa contra a recuperanda em valor superior a R\$ 5.000,00 será aplicado um desconto de 90% no crédito, sendo o valor remanescente pago nas formas e condições (carência, descontos) estabelecidas no plano para essa classe de credores".

A CAIXA discorda novamente da pretensão da Recuperanda, haja vista que a condenação acima pode advir de crédito não sujeito à RJ ou matéria diversa. Dessa forma, como aceitar um deságio de "90%" no crédito habilitado na RJ em função de condenação em ação cível ou administrativa que pode nem estar relacionada à recuperação judicial em epígrafe????

À pág. 22, diz por fim a Recuperanda:

"Dentro deste escopo, a recuperanda estabelece um gatilho aos credores financeiros e ou fornecedores que desejem apoiá-la neste delicado momento de transposição de sua crise financeira. A estruturação de capital de uma empresa do porte da devedora passa necessariamente por linhas de crédito compostas por operações de leasing, finame, cartão BNDES, capital de giro e desconto de títulos e

ainda crédito para fornecimento de mercadorias. Dentro das modalidades acima descritas e mediante análise e livre adesão da recuperanda, o credor financeiro ou comercial que estiver disposto a conceder crédito para a devedora terá o tratamento especial que será explicitado neste capítulo".

A CAIXA também discorda da pretensão da Recuperanda de dar tratamento especial ao pagamento do crédito de determinados Credores na RJ em relação a outros, utilizando como critério para tal "tratamento" a concessão de novas linhas de crédito durante o processo de Recuperação Judicial.

|A liberação de novos créditos às Empresas em Recuperação Judicial não faz parte da atual política da CAIXA.

V - CONCLUSÃO

A proposta apresentada pela Recuperanda sob o pretexto de permitir a continuidade das atividades não guarda qualquer razoabilidade. Ora, seria esse o espírito da lei? Repassar aos credores a responsabilidade por problemas de sua gestão a fim de obter deságio e outras condições excepcionais? O acolhimento de Planos de Recuperação com estas premissas seria um estímulo à inadimplência e um incentivo à utilização desarrazoada do instituto da recuperação judicial, em prejuízo desta Empresa Pública (a CAIXA).

Por todo o exposto, a proposta de pagamento dos créditos financeiros não atende aos interesses da Caixa, motivo pelo qual, da forma em que a mesma se apresenta, não reúne condições que permita à CAIXA votar favoravelmente à aprovação do PRJ numa eventual Assembléia Geral de Credores.

A CAIXA, desde já manifesta sua total discordância quanto ao Plano de Recuperação apresentado, impugnando-o por completo, consignando novamente que reserva-se no direito de executar/cobrar judicialmente a dívida de sócios/avalistas e não liberar as garantias prestadas visando maximizar a recuperação de crédito.

VI - DO PEDIDO

Diante de tudo que se expôs, é a presente para requerer ao Juízo que, no exercício do seu controle de legalidade e constitucionalidade não homologue o plano apresentado, pugando pela realização de AGC na forma da lei.

Campo Grande, 21 de outubro de 2016.

Alexandre Ramos Baseggio
OAB/MS 8113